



## XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

### A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

## PANORAMA E PERSPECTIVAS EM TORNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS 10 ANOS DO SINAES

**Eliana Ramos de Sousa**  
Universidade de Brasília  
[lia.amos@gmail.com](mailto:lia.amos@gmail.com)

**Nazaré Franco Santana**  
Faculdade Independente do Nordeste  
FAINOR  
[nazafs.adm@gmail.com](mailto:nazafs.adm@gmail.com)

**Nadir Blatt**  
Faculdade Independente do Nordeste  
FAINOR  
[nadirblatt@gmail.com](mailto:nadirblatt@gmail.com)

**Rodrigo Serpa Pinto**  
Universidade Federal de Pelotas  
[serparg@hotmail.com](mailto:serparg@hotmail.com)

**Adriana Lopes Rodrigues Alves**  
Faculdade Independente do Nordeste  
FAINOR  
[adrylopes2@gmail.com](mailto:adrylopes2@gmail.com)

**Márcio Cé dos Santos**  
Faculdade Independente do Nordeste  
FAINOR  
[marcioceo@gmail.com](mailto:marcioceo@gmail.com)

### RESUMO

O SINAES completou 10 (dez) anos de existência, desde que foi criado em 14.04.2004 pela Lei nº 10.861/2004. Sua criação foi formada por três eixos que compreende: a avaliação institucional, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação de desempenho dos estudantes de Ensino Superior. Nesse sentido o presente trabalho teve como objetivo geral analisar as políticas educacionais do SINAES, visando trazer à reflexão, algumas possibilidades de evolução futura para o ensino superior. A pesquisa classifica-se metodologicamente como exploratória por assumir a forma de levantamento bibliográfico e documental, quanto à abordagem de estudo para esta investigação é à qualitativa e o tratamento dos dados foi por meio da análise de conteúdo. Verificou-se como desafios futuros acerca de políticas educacionais do ensino superior, avaliar-se a ampliação nos quantitativos de indicadores para um melhor resultado da base de dados disponíveis das IES e o aprofundamento da discussão sobre o objetivo da criação do SINAES. Além da possibilidade de gerar novas discussões para trabalhos futuros, para melhor compreender os resultados de políticas implementadas.

**Palavras-chave:** Avaliação. Educação Superior. Políticas Públicas.

### 1 INTRODUÇÃO

A avaliação da educação superior nas duas últimas décadas passou a ter mais relevância institucional, acadêmica e social, devido a perceptibilidade das políticas públicas para educação, e com isso a avaliação começou a integrar a agenda de políticas públicas de

educação brasileira (SILVA e GOMES, 2011). A avaliação do ensino superior segundo Garcia, Espindola e Sordi (2011) é essencialmente política pública que gera resultados, os quais podem ser positivos ou negativos para a sociedade.

Vale salientar que avaliação do ensino superior no Brasil originou-se a partir de 1977, de uma política de avaliação da Pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), para avaliação dos programas de mestrado e doutorado (BERTOLIN, 2004).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) completou 10 (dez) anos de existência, desde que foi criado em 14.04.2004 pela Lei nº 10.861/2004. Na sua criação foi formado por três eixos que compreende: a avaliação institucional, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação de desempenho dos estudantes de Ensino Superior.

O presente trabalho se propõe, após realizar um levantamento do aporte teórico da política educacional no Brasil, analisar o conteúdo das intenções propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), dos últimos dez anos (2004 a 2014). Para o estudo surgiram as seguintes indagações: Quais são os aspectos avaliados pelo SINAES? Como acontece a relação do SINAES junto às instituições?

Sendo assim, na pretensão de responder essas questões, o objetivo geral desse estudo é analisar as políticas educacionais do SINAES, visando trazer à reflexão, algumas possibilidades de evolução futura para o ensino superior.

Para alcançar o objetivo proposto para essa investigação, abordou-se neste artigo aspectos da proposta, fazendo uma retrospectiva histórica da evolução do SINAES nesses 10 anos, para então, apontar potencialidades e fragilidades inerentes ao Sistema, com vistas à contribuição para a melhoria do processo de avaliação. No sentido de perceber algumas possibilidades de progressão, adotou-se a metodologia de elaboração de um estudo do panorama das políticas públicas para o ensino superior do SINAES, avaliando-se as expectativas futuras para a educação superior a partir do diagnóstico panorama, apresentando-se o que foi realizado e o que ainda pode ser feito, ampliando-se o debate sobre as questões essenciais para o avanço e melhorias do SINAES para Instituições de Ensino Superior (IES).

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções, incluindo-se esta inicial. A segunda parte apresenta a história da avaliação do ensino superior no Brasil. A terceira parte descreve-se sobre o SINAES, em especial seus dez anos percorridos no Brasil, bem como seus avanços e desafios. Na quarta seção, trata-se da metodologia adotada, quanto a classificação da pesquisa, abordagem de estudo e o mecanismo de tratamento dos dados. Finalizando, as considerações mais relevantes sobre a temática abordada, além da possibilidade de gerar novas discussões para trabalhos futuros.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

A avaliação da educação superior iniciou-se em 1977, no período do Regime Militar, através da elaboração de uma política de avaliação da Pós-graduação *strict sensu*, tendo como órgão responsável a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pela avaliação de todos os programas de mestrado e doutorado do país, classificando-os até um conceito máximo de 5 (cinco) para os cursos de mestrado e até 7 (sete) para os cursos de doutorado (BERTOLIN, 2004).

As primeiras criações de avaliação com destaque na graduação apareceram a partir de 1983, com a origem do Ministério da Educação (MEC), do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), sendo que este não obteve muito êxito por falta de apoio da burocracia do MEC, motivo que o referido programa foi desativado em 1984. Segundo Cunha

(1997, p. 23) o PARU foi “desativado um ano depois de começado, devido à disputas internas ao próprio Ministério da Educação, em torno de quem competia fazer a avaliação da Reforma Universitária” (BERTOLIN,2004). Em 1986, o MEC desenvolveu outro Instituto de avaliação, o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), o qual tinha como objetivo a distribuição e a administração dos recursos (DIAS SOBRINHO, 2003). Em 1993 surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), no plano do MEC, através da Portaria 130/1993 da Secretária de Educação Superior (SESu), com o objetivo de desenvolver normas e viabilizar a realização do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras (BARREYRO E ROTHEN, 2008). O quadro 1 mostra as primeiras avaliações com ênfase na graduação que antecederam o SINAES:

**Quadro 1:** Comparação e evolução dos sistemas de Avaliação para Ensino Superior no Brasil que antecederam o SINAES.

Documento/ Tópico	PARU 1983	CNRES 1986	GERES 1986	PAIUB 1993
<b>Autores</b>	Grupo gestor (especialistas em análise de projetos, sendo alguns técnicos do MEC)	24 membros (heterogêneo) provenientes da comunidade acadêmica e da sociedade.	Grupo interno do MEC	Comissão Nacional de Avaliação (Representativa de entidades)
<b>Objetivo</b>	Diagnóstico da educação superior	Propor nova política de educação superior	Propor nova lei de educação superior.	Propor uma sistemática de avaliação institucional.
<b>Função/ Concepção de avaliação</b>	Formativa	Regulação	Regulação	Formativa
<b>Justificativa</b>	Investigação sistemática da realidade	Contraponto da autonomia. Vincula financiamento	Contraponto da autonomia. Vincula financiamento	Prestação de contas por ser um bem público que atinge a sociedade
<b>Tipo de avaliação</b>	Interna	Externa	Externa	Auto-avaliação e Av. externa
<b>Agentes da avaliação</b>	Comunidade acadêmica	Conselho Federal de Educação (para as universidades) Universidades (para as Faculdades próximas)	Secretaria de Educação Superior para a Ed.pública Mercado (para a Ed. Privada)	Endôgena e voluntária
<b>Unidade de análise</b>	Instituição	Instituição	Instituição	Instituição, iniciando pelo ensino de graduação
<b>Instrumentos</b>	Indicadores e Estudo de casos	Indicadores de desempenho	Indicadores de desempenho	Indicadores de desempenho

**Fonte:** Barreyro e Rothen p. 148, 2008.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado pela Lei 10.861, em 10 de abril de 2004, tendo como finalidade:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p.3).

A política educacional no Brasil tem apresentado um caráter flexível e descentralizado, conforme descreve Santiago (2012, p. 01) “pelas sucessivas reformas, diretrizes e orientações

curriculares em todos os níveis de ensino” desde 1990. Segundo a autora, tais políticas foram criadas no intuito de acabar com a exclusão escolar e a má qualidade da educação nas escolas públicas, e isso tem feito com que os municípios assumam a responsabilidade pela expansão da educação. As atuais políticas educacionais, chamadas de ações afirmativas, como a política de cotas para o ingresso no ensino superior, o reconhecimento da diversidade cultural e a inclusão social dos indígenas, o que tem provocado uma mudança na sociedade, na visão de Santiago (p. 01, 2012).

### **3 OS DEZ ANOS PERCORRIDOS PELO SINAES**

Fazendo-se uma retrospectiva histórica da evolução do SINAES ao longo dos seus 10 anos, pode-se analisar o panorama das políticas públicas para o ensino superior, por meio das Leis criadas para esta finalidade, como a Lei nº 9.394 de 20.12.1996, intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e a Lei Federal nº 10.861 de 14.04.2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse sistema de acordo com informações do Instituto Nacional de (INEP) (Brasil, 2014), é “formado por três componentes principais que são: a avaliação das instituições, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes”.

O sistema foi criado para avaliar todos 10 (dez) aspectos que giram em torno dos seguintes eixos: 1) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); 2) Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 3) Responsabilidade social da IES; 4) Comunicação com a sociedade; 5) Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; 6) Organização de gestão da IES; 7) Infraestrutura física; 8) Planejamento de avaliação; 9) Políticas de atendimento aos estudantes; e 10) Sustentabilidade financeira (INEP, 2014).

As informações obtidas pelo SINAES são utilizadas pelas IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e públicas em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições (INEP, 2014).

O tripé avaliativo na concepção de Fernandes (2010) é operacionalizado por meio do credenciamento e credenciamento de Instituições de Educação de nível Superior e pela Avaliação de Cursos de Graduação, que se divide nas autorizações, nos reconhecimentos de cursos e renovações de reconhecimentos; e, por último, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que avalia o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação. Estas avaliações, de acordo com o referido autor, “devem se estruturar em esquadras definidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, sistematizados em Instrumentos de Avaliação elaborados pelo INEP” (FERNANDES, p. 11, 2010).

A Portaria nº 2.051, de 09.07.2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14.04.2004 de Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior SINAES, da Concepção à Regulamentação (INEP, 2009).

#### **3.1 Instrumentos de regulação do SINAES**

A Portaria do Ministério de Educação nº 300, de 30.01.2006 aprova o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do SINAES. Segundo o INEP, o SINAES possui uma abundância de mecanismos complementares para produzir a autoavaliação, a avaliação externa, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

(ENAD), a avaliação dos cursos de Graduação e instrumentos de informação como o Censo e Cadastro. A partir das informações que apresentam os resultados das avaliações tornou-se possível suscitar uma análise da qualidade dos cursos e IES no País. As avaliações são coordenadas e supervisionadas pela CONAES e a operacionalização é de incumbência do INEP (INEP, 2009).

Com relação aos indicadores, ressalta-se “a importância da Avaliação Institucional como um instrumento de controle e medição”, como afirma Castro (1995, p. 170). O caráter temporário do credenciamento de universidades pelo MEC incentiva a manutenção e melhoria de desempenho, assim como a Instituição.

Os elementos constituintes iniciais para o Processo Avaliativo foram o ENADE, as áreas, os cursos, os ingressantes, os concluintes. Portanto, o ENEM passa a ser a prova do ingressante e o ENADE para os concluintes do ciclo de 3 (três) anos. Segundo Netto, Giraffa e Faria (2010), precisamos ter novos indicadores para avaliar a educação superior. Alguns indicadores são associados ao SINAES, tais como o Conceito Preliminar do Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito ENADE – Desempenho dos Estudantes.

Como crescer as instituições no País com qualidade, como oferecer com nível de qualidade o que queremos, como achar um caminho para se avaliar todas as universidades, questiona Neto (2010)?

### **3.2 Avanços e Desafios do SINAES**

Ao abordar os aspectos da proposta verificaram-se as potencialidades e as fragilidades inerentes ao SINAES, quanto aos avanços desde a sua fundação até 2014, ano este que completa uma década de existência do Sistema. Percebe-se como progresso a criação do Indicador de Diferença de Desempenho (IDD), o qual obtém o valor integrado de um curso de graduação a partir de sua performance no ENAD; do Conceito Preliminar do Curso (CPC) que detecta cursos em condição problemática; do Índice Geral de Cursos (IGC) que decreta orientações para as avaliações institucionais executadas pelos comitês externos, tais componentes que contribuem para a viabilização dos aspectos do SINAES (VERHINE, 2010).

Para Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (p. 435, 2006):

Os desafios do SINAES são muitos e dependem de uma implementação fiel à proposta original favorecendo e fomentando o desenvolvimento dos processos formativos decorrentes da auto avaliação. As informações e análises qualitativas nos três pilares vêm a beneficiar a difusão de uma cultura da avaliação que não se resume à construção de uma simples lista com o ranking de instituições. Embora o Sistema em si não facilite o ranking de instituições nem o Ministério o promova, o caráter público das informações prescrito pela Lei e suas divulgações não favorecem e não impedem a realização de algum ranking na interpretação dos resultados.

Os desafios futuros segundo o autor, parte da questão de ampliar a quantidade de indicadores, estimular estudos utilizando a Base de Dados disponíveis, aprofundar a discussão sobre a Avaliação Formativa e ampliar a comunicação com a sociedade.

Mesmo com a ampliação do acesso ao Ensino Superior promovido pela Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Netto, Giraffa e Faria (2010) dizem que não existe um indicador para avaliar o profissional que está sendo formado.

## **4 METODOLOGIA**

De acordo com Gil (2002), a pesquisa é o método coerente e sistemático que se destina a atingir respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa classifica-se como exploratória por assumir a forma de levantamento bibliográfico e documental. Quanto à abordagem de estudo para esta investigação é a qualitativa, haja vista que esta “é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local” (FLICK, 2004, p.28). Dentre os métodos técnicos que compõem essa abordagem, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008). Essa escolha está pautada pela análise de livros e periódicos e histórica, da evolução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), legitimada pelo fato do objeto de estudo estar completando em 2014, 10 (dez) anos.

No que se refere à coleta de dados, utilizou-se dois procedimentos, a saber: pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A escolha por esse método se deve ao fato da abordagem da pesquisa (JICK, 1979).

Por fim, destaca-se que o mecanismo de tratamento de dados utilizados nesta pesquisa foi à análise de conteúdo, como descrito por Bardin (2006). Desse modo, a análise do conteúdo tem seu foco voltado para a busca por significados latentes de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, entre outros (BARDIN, 2006).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de 2004, começa a ser gerida uma “nova” forma de avaliação do ensino nas Instituições públicas, através das políticas públicas para o ensino superior, por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formado pelo tripé avaliativo: das instituições, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. Tal sistema tem como finalidade, a partir das informações que apresentam os resultados das avaliações, suscitar uma análise da qualidade dos cursos e IES no País. As atuais políticas educacionais, ainda recentes, como as ações afirmativas, o reconhecimento da diversidade cultural e a inclusão social dos indígenas tem provocado mudanças na forma do ingresso nas IES, permitindo uma ampliação de oportunidades e conseqüentemente mudanças, tanto internas nas comunidades acadêmicas, como nas comunidades externas da sociedade.

Para melhor compreensão de tais mudanças e obtenção de resultados das políticas implementadas, é importante trazer à reflexão, alguns questionamentos, buscando melhores possibilidades de evolução para o ensino superior, como o debate sobre a Avaliação Formativa, uma vez que não há um indicador para avaliar o profissional que está sendo formado.

Como desafios futuros acerca de políticas educacionais do ensino superior, propõe-se também, a partir de reflexões do referencial teórico, que seja ampliado o quantitativo de indicadores para melhor avaliar a educação superior, tais como: o CPC – Conceito Preliminar do Curso; IGC – Índice Geral de Cursos, Conceito ENADE – Desempenho dos Estudantes e o IDD – Indicador de Diferença dentre os desempenhos observados e esperados e, ainda, ampliar a comunicação com a sociedade.

A partir da base de dados disponíveis das IES, o Censo da Educação Superior, buscar-se-á novos resultados, além do aprofundamento da discussão, sobre o objetivo da criação do SINAES: melhoria na qualidade da educação superior e expansão da oferta, aumento da eficácia e efetividade acadêmica e social, compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, bem como a melhor interlocução com a sociedade.

Sugere-se, para estudos futuros, a realização de pesquisa que busquem responder se houve eficácia institucional e efetividade acadêmica e social das políticas públicas para a

educação superior ao longo dos seus 10 (dez) anos, e, em que pontos a trajetória do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) foi assertiva.

Pode-se perceber a influência do SINAES na formulação e decisão das alternativas de intervenções em resposta aos problemas estabelecidos nas instituições, nos cursos de graduação e no desempenho dos discentes. Qual o esforço das Instituições em avaliar a docência, a capacitação e a carreira. É importante que se repense a avaliação, no sentido de se criar um instrumento que não apenas repasse dados, mas atenda tanto a avaliação interna quanto a avaliação externa das Instituições de ensino superior, abrindo novos caminhos. Sendo necessário fazer uma auto avaliação, que seja contínua, coerente e propositiva, inovando e desenvolvendo novas práticas para a avaliação.

A construção de novos indicadores dependerá de um amplo debate, chamando para discussão alunos, professores, servidores, pois muitas coisas mudaram na prática, mas o instrumento não mudou.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Lisboa : Edições 70, 2006.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. *Para uma história da avaliação da educação superior brasileira*: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas). V.13 n.1. Sorocaba. Mar. 2008  
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000100008>> Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008. Institui o índice geral de cursos da instituição de educação superior (IGC). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 6 set. 2008a. Disponível em: 60<[http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/PORTARIA\\_NORMATIVA\\_12.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 4 de 5 de agosto Diário Oficial da União – D.O.U. disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)> Acesso em: 05 ago. 2014.

BERTOLIN, J. C. G. *A transformação do SINAES*: da proposta emancipatória à Lei híbrida. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. 2004. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v09n04/v09n04a06.pdf>>.\_Acesso em: 22 jul. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. *Nova reforma do ensino superior*: a lógica reconstruída. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação*: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, Ivanildo R. *O SINAES em sua vertente regulatória*: sobre penas educativas e o controle do Estado.Observatório Universitário – Documento de trabalho n. 93. Rio de Janeiro, Julho, 2010. \* Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso Latino Americano de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Superior – CLAEPPES, esforço conjunto da Universidade Federal de Integração Latino Americana, UNILA, e Universidade Federal do Paraná, UFPR, com apoio da Capes. Orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Silke Weber da Universidade Federal de Pernambuco.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GARCIA, M. F. ESPINDOLA, A. A.; SORDI, M. R. L. *Processo de implementação do SINAES: contradições, tensões e possibilidades*. Disponível em: <file:///D:/Downloads/5633-14006-2-PB.pdf> Acesso em: Acesso em: 15 jun. 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinaes. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

JICK, T. D. *Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action*. Administrative Science Quarterly, v.24, n.4, 1979.

NETTO, C.; GIRAFFA, L. M. M.; FARIA, E. T. *Graduações a distância e o desafio da qualidade*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

POLÍDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. *SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira*. Ensaio: Avaliação. Política Pública. Educação. V.14, n.53. Rio de Janeiro Out./Dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000400002>> Acesso em: 15 jun. 2014.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontela. *Pedagogia Crítica e Educação Emancipatória na Escola Pública: um diálogo entre Paulo Freire e Boaventura Santos*. UNIJUÍ - IXANPED SUL – Seminário de pesquisa em educação da Região Sul.

SILVA, Assis Leão; GOMES, Alfredo Macedo. *Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 5: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a05>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

VERHINE, R.E. *O novo alfabeto do SINAES: reflexões sobre o IDD, CPC e IGC*. In: A. Dalben; J. Diniz; L. Leal; L. Santos. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 632-650, 2010.